

3. Uma construção da realidade

A prática jornalística – do descobrimento de um fato à redação de uma notícia – acontece dentro de uma sociedade, repleta de sentidos. A produção de significados não para, é constante. Por isso, não se deve observar o jornalismo apenas pelas rotinas produtivas. É necessário também entender onde e como esses processos de significação acontecem e pelo que são influenciados. São inúmeras as relações de força e de poder que se exercem dentro do campo de trabalho dos jornalistas. O repórter e a identidade profissional que este assume não podem ser desprezados, afinal eles são os próprios construtores de sentido. São as teorias do jornalismo aquelas que buscam explicações sobre como as diferentes forças atuam no campo jornalístico e influenciam nos processos de seleção, escolha e apuração.

Para começar essa discussão, é importante lembrar que o jornalismo como instituição legitimada a transmitir notícias é fruto de um pacto firmado com a sociedade. É como se a imprensa tivesse assinado um contrato com o público que lhe concede legitimidade para noticiar o que acontece no dia a dia. A base desse contrato é a confiança. “A exemplo do contrato social da esfera política, o contrato social da imprensa é simbólico: público e imprensa, como governados e governantes, não assinam papéis. O acordo entre as partes está baseado na confiança” (BERTOLINI, 2016, p.217). Por parte do público, a expectativa de que, através dos jornais, e posteriormente das emissoras de rádio, TV e da internet, se terá acesso a relatos verdadeiros daquilo que aconteceu (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, p.59-64). É pela compreensão de que a verdade é um princípio inegociável da notícia que se concede à mídia o poder de reproduzir e reconstruir o real – de ser o agente transformador do fato bruto, da realidade vivida, em notícia, a realidade contada.

O contrato pragmático fiduciário dos meios de comunicação é um produto histórico da institucionalização e da legitimação do papel do jornalista. A partir do século XX, o jornalismo tornou-se uma verdadeira profissão com um status específico e com diversas escolas de formação. Nas nossas sociedades, o trabalho dos jornalistas se converteu na profissão daqueles que nos contam o que ocorre no mundo. Isso não quer dizer que o tal contrato pragmático fiduciário fique estipulado de maneira que não possa ser contestado (RODRIGO ALSINA, 2009, p.231).

Contestação que pode acontecer caso parte da sociedade entenda que a mídia não está cumprindo seu papel. Muitos autores atribuem os protestos de junho de 2013²⁹ no Brasil a um descontentamento com a política e também com a cobertura noticiosa dos fatos políticos e das manifestações. A quebra do principal valor que se estabelece nesse contrato – a confiança – leva ao surgimento e ao ganho de força de formas alternativas de construção da notícia, como as transmissões em tempo real do coletivo Mídia Ninja (RODRIGUES, 2016, p.114-124). O contrato não é rompido, mas o desgaste revela que sua existência não foi esquecida pela sociedade civil e que, se necessário, esta pode cobrar da mídia o respeito àquilo que foi acordado.

3.1.

Por que as notícias são como são?

A pergunta de Nelson Traquina encontra eco em vários pesquisadores brasileiros e estrangeiros. A ideia é tentar entender o *modus operandi* do processo de construção da notícia e sistematizar esses resultados para tentar entender de maneira mais ampla como isso pode impactar a própria sociedade. “A pesquisa tem procurado responder a três questões: ‘por que é que as notícias são como são (e não são de outra maneira)?’; ‘por que é que temos as notícias que temos (e não outras)?’ e ‘que efeitos têm as notícias?’” (SOUSA, 2006, p.203). Aos estudos teóricos que contemplam respostas a essas três perguntas, deu-se o nome de “teorias do jornalismo”. Antes, no entanto, de aprofundar os estudos nessas teorias, é importante um alerta:

Para começar, qualquer teoria não passa de um reducionismo. Está na sua natureza. Se vou teorizar sobre determinado assunto, significa que quero enquadrá-lo sob um ponto de vista determinado. Mesmo que para isso utilize os mais diversos conceitos e as mais diversas metodologias. (...) Então, para que escrever uma teoria do jornalismo? Pelo mesmo motivo que se fazem teorias nas mais diversas áreas: para aprofundar o conhecimento sobre elas. Por mais paradoxal que pareça, reduzir também é ampliar (PENA, 2008, p.227).

A afirmação de Pena dialoga com Becker (2009) para quem “toda forma de representar conhecimento sobre a sociedade reduz a quantidade de dados com que

²⁹ As manifestações tiveram início com um grande protesto em São Paulo, liderado pelo Movimento Passe Livre, contrário ao aumento da tarifa de transporte na capital paulista. Em seguida, os atos se difundiram pelo Brasil. Os atos tiveram número cada vez maior de pessoas e conseguiram como resultado a revogação do aumento em algumas capitais, como Rio e São Paulo.

os usuários têm de lidar” (p.97). Sendo assim, não há nenhum prejuízo teórico ao entender que as teorias do jornalismo são reducionismos, recortes do processo noticioso. Traquina (2005) reconhece que o termo “teoria” pode ser discutível, uma vez que o que se apresenta são explicações para o funcionamento do processo de construção das notícias e não um conjunto elaborado de proposições. Segundo ele, as teorias não se excluem mutuamente, porque elas não são completamente independentes umas das outras, sendo possível encontrar resultados semelhantes e/ou perspectivas de diálogo entre elas.

A teoria do jornalismo mais antiga e mais difundida é a **teoria do espelho**. De acordo com essa hipótese, o trabalho jornalístico é um espelho da realidade e a notícia é uma reprodução fiel dos fatos. Traquina diz que, segundo essa teoria, “[...] o jornalista é um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer” (TRAQUINA, 2005, p.147). Esse pensamento se origina da ideologia da objetividade, que ganhou espaço entre os profissionais da imprensa ao longo do século XIX e no início do século XX, conforme discorremos na seção anterior. A objetividade foi uma tentativa de impedir que o processo de construção da notícia fosse influenciado por quaisquer tipos de fatores que não fossem os fatos. No entanto, como aponta Pena (2008), a ideologia da objetividade pressupõe a existência da subjetividade e o esforço que o jornalista deve fazer para evitar que esta afete o seu trabalho. De acordo com esta teoria, ao separar fatos de opiniões, o profissional se tornaria imune a qualquer tipo de influência – nem oriunda de sua bagagem e trajetória pessoais, nem da empresa em que trabalha – desconsiderando que o jornalista está imerso em uma realidade social da qual ele é participante ativo e passivo.

A ética profissional dominante, entretanto, acredita que o fato e o relato jornalístico possuem uma nítida demarcação epistemológica. Disso resulta que a credibilidade e a legitimidade da atuação dos jornalistas estão sedimentadas na crença de que as notícias retratam, com objetividade e neutralidade, os fatos. Respeitando esses parâmetros éticos que norteiam a profissão, os jornalistas realizam seu trabalho de relatar os fatos, apresentando-se como simples mediadores que reproduzem, na notícia, a realidade social (AGUIAR, 2007, p.1).

Essa hipótese ainda tem grande aceitação nas redações por estar no cerne da cultura profissional da categoria e por considerar o jornalista detentor de características que são atribuídas à profissão: isento, objetivo e profissional.

A comunidade jornalística defende a teoria do espelho com base na crença de que as notícias refletem a realidade. Isso acontece porque ela dá legitimidade e credibilidade aos jornalistas, tratando-os como imparciais, limitados por procedimentos profissionais e dotados de um saber de narração, baseado em método científico que garante o relato objetivo dos fatos (PENA apud BARSOTTI, 2012, p.91).

Muitos autores consideram essa teoria a mais simplista de todas. De acordo com a socióloga Gaye Tuchman, essa hipótese considera que “as definições de notícia são dependentes da estrutura social e não das atividades dos jornalistas e das empresas jornalísticas³⁰” (1978, p.183). Na definição de Traquina, “é uma explicação pobre e insuficiente” (2005, p.149) ligada à legitimidade que o campo jornalístico busca ideologicamente ter: de mediadores isentos da realidade.

A proposta mais antiga a romper com a lógica do espelho é a **teoria do gatekeeping**, formulada por David Manning White em 1950. Trata-se de uma metáfora criada por White em que o fato para ser publicado como notícia precisa passar por *gates*, em português, portões, que representam os momentos de decisão. E o jornalista trabalha como selecionador. É ele quem decide o que vai se tornar ou não notícia. Ou seja, na lógica de White, é como se o jornalista fosse o responsável por abrir os portões para que a notícia possa passar e ser veiculada. Lembra o trabalho de porteiro, em inglês, *gatekeeper*. Segundo White ([1950] 1999), no processo de construção, cada fato para se tornar notícia precisa passar não apenas por um, mas por vários portões: o primeiro é o do repórter em campo, que precisa definir se aquilo tem valor noticioso; em seguida, os redatores, os editores e a chefia que revisa o jornal. Se algum desses *gates* fechar, aquele fato não será publicado. Para tentar entender esse processo, o autor fez a pesquisa tendo como base um jornalista-padrão, a quem nomeou de *Mr. Gates*. Esse selecionador é do sexo masculino e, na época dos estudos, tinha por volta de 40 anos e 25 de experiência em jornalismo. O profissional trabalhava como editor telegráfico – sua função era definir o que seria notícia ou não no jornal a partir dos conteúdos nacionais e internacionais que chegavam à redação por envio das agências.

Assim, na semana de 6 a 13 de fevereiro de 1949, o Mr. Gates aproveitou tudo aquilo que lhe veio parar à secretária. Em vez de atirar o despacho para o cesto dos papeis, uma vez que tinha decidido não o publicar, colocou-o numa caixa grande ao lado da secretária. Então, a uma hora, já com a composição das páginas feita e a noite de trabalho terminada, o Mr. Gates examinou todas as notícias rejeitadas que se encontravam dentro da caixa e escreveu em cada uma a razão que o levava,

³⁰ Tradução minha. No original: “definitions of news remain dependent upon the social structure, not on the activities of newswriters and news organizations”.

em princípio, a fazê-lo, pressupondo que se conseguia lembra dela (WHITE, 1999, p.145).

White notou que *Mr. Gates* usou apenas cerca de 10% do material que recebeu e atribuiu às notícias rejeitadas anotações como “demasiado pró-comunista”, “nunca usar isto”, “propaganda”, “não interessam artigos de suicidas”. Em relação a estas observações, o pesquisador percebeu que o selecionador usou valores subjetivos para definir suas escolhas. Por outro lado, encontrou também muitas anotações com o registro “sem espaço”. E percebeu que essas justificativas cresciam proporcionalmente com o avanço da hora. Quanto mais se aproximava do *deadline*³¹, mais determinadas notícias – consideradas válidas pelo selecionador – deixavam de ser publicadas. Ou seja, a observação de White é que, mesmo quando a notícia tem valor de publicação pelo jornalista, há outras condições que determinam o processo de seleção ou não, como o horário e o espaço do jornal. Sendo assim, White concluiu que “através do estudo das razões apresentadas para a rejeição das agências noticiosas, podemos verificar como a comunicação das notícias é subjectiva, como tem por base o conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*” (1999, p.151). Traquina (2005) aponta que a teoria do *gatekeeper* apresenta uma limitação clara: as notícias são analisadas apenas pela lógica de quem a produz – o jornalista. Se a Teoria do Espelho ignora tanto o papel do jornalista como o das empresas e todo o contorno social em que o processo se desenrola, o *gatekeeper* leva em consideração apenas o trabalho de seleção das notícias. “É, assim, uma teoria que se situa ao nível da pessoa jornalista, individualizando uma função que tem uma dimensão burocrática inserida numa organização. No nível individual, a teoria avança uma explicação quase exclusivamente psicológica” (p.151). Para Sousa (2006), o trabalho de White não considerou outros aspectos do processo jornalístico, como a escolha das fontes em passar ou não as informações. “As fontes (humanas) são, de alguma forma, *gatekeepers* externos aos órgãos de comunicação social. Elas seleccionam as informações que passam às organizações noticiosas e aos jornalistas, quando estes não têm experiência directa do que ocorre” (p.224).

Nos anos 1990, Pamela Shoemaker (*apud* SOUSA, 2002) aprofundou o estudo de White. Ela percebeu que o processo de seleção e de escolha no qual o

³¹ Termo muito usado nas redações para se referir à hora do fechamento do jornal, ou seja, o horário máximo em que o jornal precisa estar pronto.

jornalista participa leva em consideração vários fatores, agrupados em quatro níveis de influência, sendo que os dois primeiros já constavam no trabalho de White. São eles: um nível individual, a partir dos valores subjetivos que cada profissional traz em si; um nível das rotinas produtivas e de, como elas – por exemplo, a hora do *deadline* – impactam no trabalho dos jornalistas; um nível organizacional, considerando que o processo de socialização e as dinâmicas organizacionais são relevantes no momento da seleção; e um nível extra-organizacional e social, levando em consideração os impactos das fontes, das audiências e dos poderes nas escolhas jornalísticas.

Mais recentemente, Bruns (2005 *apud* BARSOTTI, 2012) propôs uma revisão crítica da toeira do *gatekeeping* em ambientes online. “O *gatewatching* consistiria na observação de diversos canais de informação na internet na busca de conteúdos que não tenham sido selecionados pelos critérios de seleção e filtragem da mídia convencional para serem redirecionados ao público” (BARSOTTI, 2012, p.114). Com o grande fluxo de informações na internet, o trabalho passaria da coleta para a seleção do que é de interesse público e de interesse do público. Barsotti observa que o jornalista online assume, entre outras funções, a de *gatewatching*.

Uma terceira proposta teórica para tentar entender por que as notícias são como são é a **teoria organizacional**. Para essa hipótese, “as notícias são o resultado de processos de interação social que têm lugar dentro da empresa jornalística” (TRAQUINA, 2005, p.157/158). O primeiro trabalho a apresentar esse recorte foi um artigo do pesquisador Warren Breed, publicado em 1955. Segundo o autor, todo jornalista segue a política editorial das empresas jornalísticas para onde trabalha, mas a aceitação a essa política não ocorre de maneira automática, em função de três razões: i) as normas éticas jornalísticas; ii) uma tendência dos subordinados a serem mais liberais que os patrões; iii) o tabu que impede que o dono do jornal obrigue os profissionais a seguirem a linha editorial. Desta forma, Breed investiga de que maneira essas regras são incorporadas e de que forma elas são ou podem ser ultrapassadas. Ele observa que “quando o jornalista inexperiente começa o seu trabalho, não lhe é dita qual é a política editorial. Nem nunca lhe será. Isto pode parecer estranho, mas as entrevistas, uma após outra, vieram-no confirmar” (1999, p.154). Nas entrevistas que fez para este trabalho, o pesquisador ouviu da maior parte dos jornalistas que eles apreendem as regras editoriais por “osmose”. Esses relatos levaram Breed a concluir que a incorporação dessas normas pelos novatos

se dá de maneira sutil a partir da leitura do próprio jornal e do contato com os jornalistas mais velhos.

Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades (BREED, 1999, p.155).

O autor observou também seis fatores que promovem o conformismo com a política editorial dentro da empresa jornalística. São eles: 1) a autoridade institucional e as sanções – ou seja, ele observou que não há demissões em função do descumprimento da linha editorial, mas que as sanções são mais sutis. O repórter que não segue a orientação, muitas vezes, é deslocado para coberturas menos importantes. As reportagens que não estão de acordo com a política editorial, muitas vezes, são paginadas em espaços de menor prestígio dentro do jornal; 2) os sentimentos de obrigação e de estima para com os superiores – deve-se respeito aos jornalistas mais velhos e também aos chefes que contrataram, por quem os jornalistas nutrem ainda admiração e agradecimento; 3) as aspirações de mobilidade – os repórteres têm ambições de carreira no jornal. Muitos disseram a Breed que a melhor forma de serem reconhecidos dentro da organização é emplacando matérias na primeira página. Lutar contra a linha editorial pode significar dificuldades nesse processo de crescimento; 4) ausência de grupos de lealdade em conflito – organizações sindicais e representacionais dos jornalistas não costumam interferir nem brigar contra as políticas editoriais internas da empresa; 5) o prazer da atividade – a organização do trabalho em uma redação é menos formal do que em outras empresas. O jornalista está próximo dos seus executivos. E gosta do trabalho que faz. Além disso, se sente gratificado pelas experiências que têm, como o fato de ter acesso primeiro às notícias que ninguém ainda tem conhecimento; 6) a notícia torna-se um valor – a busca pela notícia dá trabalho ao jornalista. Na competição diária por conseguir as informações, não há tempo para questionar a política editorial.

Praticamente não existem despedimentos, mas sim grandes perspectivas de emprego duradouro. Os subordinados tendem a ter estima pelos seus patrões, têm-os como grupo modelo. As aspirações de mobilidade (dentro dos limites) são um promotor óbvio de laços entre as várias posições que cada um tem dentro do jornal, bem como a falta de lealdade entre grupos rivais, com a possível consequência de pressões cruzadas. A atmosfera da sala de redação está impregnada dos fatores conexos da cooperação e do caráter agradável do trabalho. Finalmente, o acordo entre os jornalistas de que a sua tarefa é agarrarem-se às notícias, vendo-as como um valor em si, cria um laço com a cadeira hierárquica (id., ib., p.160).

Breed enumera ainda cinco situações que permitem desvios da política editorial: a) as normas não são claras; b) o jornalista exerce um papel de selecionador – ele é quem decide, por exemplo, quem entrevistar e quem deixar de fora, o que permite que suas crenças pessoais falem mais alto nesse processo de escolha; c) um repórter pode passar uma boa história a um colega concorrente para que este publique e que o jornal de quem teve acesso à história originalmente seja obrigado a repercutir; d) não há interferência nas rondas feitas pelo jornalista e isso permite que ele deixe de lado histórias que não condizem com suas crenças; e) profissionais com maior status, considerados “estrelas”, podem transgredir as regras editoriais. Desta forma, Breed entende que o jornalista não trabalha para seus leitores, mas sim para buscar recompensas entre seus chefes e seus pares.

Na mesma linha de raciocínio, Kunczik (2002) reafirma que o controle social do jornalista se dá de maneira sutil. Ele defende que os profissionais da notícia se espelham em colegas da própria categoria e que a leitura recíproca de diferentes publicações – e não apenas do próprio jornal – é uma forma de “autocontrole”. Para o autor, os repórteres buscam eliminar inseguranças pessoais nessa leitura mútua, mas acabam por reproduzir orientações editoriais comuns às empresas jornalísticas. Kunczik reforça ainda a tese de que “no jornalismo, os colegas mais antigos parecem ser os agentes de socialização dos novos” (2002, p.162). E que a cultura profissional valoriza o conformismo entre os mais jovens enquanto cria expectativas de que os mais velhos sejam inovadores e excêntricos.

Já Soloski (1999) entende que as rotinas produtivas e a prática do profissionalismo são constrangimentos organizacionais pelos quais o jornalista passa no exercício do seu trabalho. Ele afirma que não seria possível à organização jornalística ter regras e regulamentos elaborados, pois estes não poderiam prever situações inesperadas – que são a essência da reportagem. Dessa forma, criou-se, segundo o autor, a ideologia do profissionalismo. A base dessa ideologia é compartilhada na educação profissional formal, nos estágios e nos primeiros momentos em que o novo jornalista se incorpora à redação. O profissionalismo é, segundo o autor, um mecanismo de controle transorganizacional dos jornalistas e se exerce de duas formas: a) a partir de padrões e normas de comportamento; b) em função de um sistema de recompensa profissional. Entre as normas de comportamento, está a ideologia da objetividade que, como já vimos, determina que o jornalista deve

produzir notícias separando fatos de opiniões a partir de um relato isento e sem qualquer tipo de influência interna e externa. Em relação ao sistema de recompensa profissional, Soloski argumenta que “ao dar oportunidades de subida, a organização jornalística consegue manter a lealdade de importantes profissionais sem permitir o acesso à efetiva hierarquia de poder da organização” (1999, p.98).

Em uma escala mais ampla, a ideologia do profissionalismo se aproxima da obra de Boltanski e Chiapello (2009) e do que eles chamam de o “novo espírito do capitalismo”. Os autores defendem que para os trabalhadores assalariados se engajarem em seus empregos precisam de algo mais do que o salário. O pagamento justifica a manutenção do cargo. Mas é preciso haver uma perspectiva de crescimento e de perspectiva dentro do próprio sistema para que tenha engajamento. O espírito do capitalismo seria, então, o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para a manutenção dessa ordem. E a incorporação desse espírito pelos trabalhadores seria motivada pela possibilidade de ascensão profissional, pela perspectiva futura de melhora.

Para valer a pena esse engajamento, para que ele seja atraente, o capitalismo precisa ser-lhes apresentado em atividades que, em comparação com as oportunidades alternativas, possam ser qualificadas de “estimulantes”, ou seja, de modo muito geral, capazes de oferecer, ainda que de maneiras diferentes em diferentes épocas, possibilidades de autorrealização e espaços de liberdade de ação (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.48).

Outro conjunto de ideias sobre as práticas jornalísticas é a **teoria da news bias**, que em português, significa algo como “viés da notícia”. Traquina (2005) denomina essas hipóteses como “da ação política”. Segundo ele, são várias correntes dentro da mesma teoria – que, muitas vezes, se opõem entre si. O autor diz que os teóricos da ação política são completamente opostos à ideia da objetividade e à teoria do espelho. Para eles, as notícias são versões distorcidas da realidade. Um grupo, norteadado pela obra de Lichter, Rothman e Lichter (1986), argumenta que são os jornalistas, com suas parcialidades políticas, que distorcem os acontecimentos para difundirem opiniões anti-capitalistas. Já outro, que tem como referência a obra de Chomsky e Herman (1979), defende que a subordinação das empresas jornalísticas às elites econômicas e políticas dos Estados Unidos é que provocam as distorções, especialmente nas notícias relacionadas aos países do então Terceiro Mundo. A obra de Chomsky e Herman vai além: diz que as notícias são uma forma de propaganda do sistema capitalista. E que as empresas jornalísticas

dos Estados Unidos são altamente concentradas, possuindo ligações ideológicas sutis com o mundo dos negócios e o governo. “(...) Os meios de comunicação dos Estados Unidos são instituições ideológicas efetivas e poderosas que realizam uma função de propaganda de sustentação do sistema através da sua dependência das forças do mercado” (CHOMSKY e HEMAN *apud* RODRIGO ALSINA, 2009, p.220).

Para Herman e Chomsky, cinco fatores explicam a submissão do jornalismo aos interesses do sistema capitalista. Os cinco fatores são: 1) a estrutura de propriedade dos media; 2) a sua natureza capitalista, isto é, a procura do lucro e a importância da publicidade; 3) a dependência dos jornalistas nas fontes governamentais e das fontes do mundo empresarial; 4) as ações punitivas dos poderosos; e 5) a ideologia anti-comunista dominante entre a comunidade jornalística norte-americana (TRAQUINA, 2005, p.165/166).

Essas perspectivas teóricas, no entanto, são alvos de muitas críticas. Traquina afirma que levam em consideração uma visão altamente determinista sobre como ocorrem os processos jornalísticos e ignoram a autonomia que os jornalistas têm no processo de seleção e até mesmo na definição do que é notícia especialmente no jornalismo investigativo, cujas pautas muitas vezes incomodam a elite e os poderes político e econômico constituídos.

Outra perspectiva teórica sobre as práticas jornalísticas é a **teoria do agendamento**. Ela surge a partir dos estudos de McCombs e Shaw (1972) sobre como os temas considerados mais importantes pelo público são pautados pela mídia. “Por outras palavras, os *media* estabelecem a agenda da opinião pública, sem que necessariamente determinem o sentido que a opinião vai tomar” (WEAVER, MCCOMBS e SPELLMAN, 2000, p.64/65). Essa teoria pressupõe que há uma relação positiva entre os temas mais pautados pela cobertura midiática e o que a opinião pública avalia como temas importantes. O estudo de McCombs e Shaw aconteceu da seguinte forma: eles aplicaram um questionário a cem eleitores indecisos sobre a eleição norte-americana de 1968. Esses eleitores foram escolhidos aleatoriamente na cidade de Chapel Hill, que fica na Carolina do Norte. Só puderam participar aqueles que não tinham ainda decidido seu voto, mesmo que apresentassem preferência por algum dos candidatos. Os entrevistados tiveram que dizer quais eram as questões mais importantes, para eles, tratados na campanha eleitoral. “Se, por um lado, os meios de comunicação de massa podem ter pouca influência no direcionamento das atitudes, por outro, a hipótese é de que eles estabelecem a agenda para cada campanha política, influenciando a projeção das

questões políticas³²” (MCCOMBS e SHAW, 1972, p.177). Para constatar isso, os pesquisadores cruzaram os resultados dos questionários com os dados obtidos dos temas mais tratados pelos veículos que foram as principais fontes de informação desses eleitores no período da campanha.

Em resumo, os dados sugerem uma relação muito forte entre a ênfase colocada em diferentes questões de campanha pela mídia (refletindo de forma considerável a ênfase dos candidatos) e os julgamentos dos eleitores quanto à relevância e importância de vários tópicos da campanha. Mas enquanto os três candidatos presidenciais colocam uma ênfase amplamente diferente em diferentes questões, os julgamentos dos eleitores parecem refletir a composição da cobertura de mídia de massa. Isso sugere que os eleitores prestam alguma atenção a todas as notícias políticas, independentemente de ser de algum candidato favorito³³ (MCCOMBS e SHAW, 1972 p.181).

No estudo, foi possível verificar também que quanto maior é a necessidade de orientação da pessoa, maior a influência que ela vai ter dos meios de comunicação. Por “necessidade de orientação”, entende-se a indecisão sobre um determinado tema. Em outro estudo de 1975, Weaver, McCombs e Spellman (2000) observam como o aumento do espaço concedido pela mídia para o caso Watergate³⁴ impacta na inclusão desse tema no dia a dia das pessoas.

Rodrigo Alsina (2009) discute alguns problemas relacionados a essa teoria. Ele alega que a hipótese do agendamento não leva em consideração a individualidade, já que os temas tratados como importantes por uma pessoa podem não ser para outra. Diz ainda que a teoria ignora a comunicação interpessoal e os efeitos que ela pode ter na construção da opinião pública. O autor defende que os estudos sobre o agendamento esquecem dos diferentes efeitos que meios de comunicação diferentes podem ter sobre os indivíduos.

³² Tradução minha. No original: “While the mass media may have little influence on the direction or intensity of attitudes, it is hypothesized that the mass media set the agenda for each political campaign, influencing the salience of attitudes toward the political issues”.

³³ Tradução minha. No original: “In short, the data suggest a very strong relationship between the emphasis placed on different campaign issues by the media (reflecting to a considerable degree the emphasis by candidates) and the judgments of voters as to the salience and importance of various campaign topics. But while the three presidential candidates placed widely different emphasis upon different issues, the judgments of the voters seem to reflect the composite of mass media coverage. This suggests that voters pay some attention to all the political news regardless of whether it is from, or about, any particular favored candidate”.

³⁴ O caso Watergate foi uma reportagem investigativa dos repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein, do jornal Washington Post no ano de 1972. Eles perceberam que um dos homens presos ao instalar equipamentos de espionagem em Watergate – nome dado à sede do Partido Democrata – tinha recebido dinheiro da campanha do então presidente Richard Nixon, um republicano. Depois de investigações, os dois descobriram que Nixon usou dinheiro não declarado para espionar os opositores. O caso levou à renúncia do presidente Richard Nixon. O filme “Todos os homens do Presidente” conta os bastidores dessa investigação.

O último grupo de teorias que tenta explicar as práticas jornalísticas é chamado de **construcionista**. A base dessas teorias é de que a notícia é uma construção social, na qual deve ser levado em consideração diversos fatores: a) do próprio jornalista – sua carreira, suas ambições, sua trajetória, sua bagagem, suas especialidades; b) da empresa jornalística – suas rotinas de produção, seus interesses comerciais; c) do meio – questões específicas ao meio de comunicação no qual a notícia é veiculada; d) do leitor – suas expectativas e aspirações, sua atenção à leitura; e) da sociedade – contexto histórico e social. As teorias construcionistas entendem que a notícia não é um simples produto de jornalistas e de suas empresas, mas sim de todo um contexto social em que estes estão inseridos e no qual são atores e personagens. Ou seja, para estes teóricos, a notícia é construída socialmente e contribui para a construção social da própria realidade. “Ao difundir uma narrativa do mundo (selecionada entre múltiplas possibilidades factuais), a mídia não é mero espelho da realidade, realizando sempre um trabalho de produção de significados, determinantes na constituição daquilo que chamamos realidade” (BARBOSA, 2007, p.178).

Os estudos construcionistas têm como base o tratado sociológico de Berger e Luckmann. Os autores defendem que os sujeitos vivem em uma realidade construída e que ajudam constantemente a construir. “É importante acentuar que a relação entre o homem, o produtor, e o mundo social, produto dele, é e permanece sendo uma relação dialética, isto é, o homem e seu mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro” (2014, p.85). Berger e Luckmann defendem três premissas sobre a realidade em que vivemos: a) a sociedade é um produto humano; b) a sociedade é uma realidade objetiva; c) o homem é um produto social.

A partir desses estudos, Rodrigo Alsina (2009) em seu livro “A construção da notícia” defende que a notícia é uma reconstrução da realidade, pois a realidade primeira, original, só é possível de vivenciar estando *in loco* no momento determinado. Qualquer tentativa de narrativa sobre algo que aconteceu é uma reconstrução, pois se trata de um possível a partir daquilo que se soube da realidade original. A partir dos relatos das fontes, o repórter reconstrói aquela realidade vivida.

O jornalista tem como matéria-prima do seu trabalho a construção da realidade social que as fontes da informação criaram. Quando alguém se torna, por exemplo, testemunha de um acontecimento, confere sentido ao que percebe. Constrói,

portanto, uma realidade social, objetiva o fenômeno observado. (RODRIGO ALSINA, 2009, p.228/229).

Cabe ao repórter, no entanto, não se limitar à primeira objetivação do fato que se apresenta. É preciso ouvir outras fontes, recorrer a outras versões para buscar o sentido mais correto do relato que está construindo.

A especificidade da construção social da realidade da mídia baseia-se no re-objetivar, no re-definir, no re-construir, em função da dimensão pública e coletiva da informação de massas de uma determinada realidade que se apresenta já objetiva, definida e construída de modo individual, privado, grupal e coletivamente (id., ib., p.232).

O jornalista vai construir, segundo o autor, um “mundo possível” a partir de dois outros mundos – o “real (aquele no qual o fato que ele narra aconteceu) e o “de referência” (aquele onde estão sua bagagem, seus conceitos e seus estereótipos da vida cotidiana).

O mundo possível é o mundo narrativo construído pelo sujeito enunciador, a partir dos outros dois mundos citados. Se no mundo “real” era produzida a verificação e no mundo de referência era determinada a verossimilhança, no mundo possível se desenvolve a veracidade. O enunciador deve fazer com que pareça verdade o mundo possível que ele mesmo constrói. E para isso lança mão das marcas de veracidade que lhe permitem criar uma ilusão de referência, que é a condição necessária para a virtualidade do discurso (id., ib., p.310).

Tuchman (1978) argumenta que esse processo de construção da realidade depende de fatores externos ao jornalista: este fica refém das variáveis tempo-espaco. Ou seja, uma cobertura noticiosa em um local distante tende a ter uma estrutura menor do que a cobertura de um acontecimento semelhante mais próxima da sede da empresa. Por sua vez, o tempo também impacta na noticiabilidade de um fato. Caso ele aconteça muito próximo da hora do fechamento, a cobertura tende a não ser tão detalhada ou aprofundada que de situações semelhantes divulgadas mais cedo. Recentemente, aqui no Brasil, o principal telejornal do país “assumiu” essas variáveis para o público em casos recentes. No dia 10 de maio de 2017, o Jornal Nacional explicou que talvez não fosse possível exibir a tempo os vídeos do depoimento que o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva concedeu à Justiça Federal do Paraná. O assunto era o mais relevante do dia. Mas os vídeos só foram exibidos no fim da edição – e não no começo, onde estão as notícias mais importantes – porque os jornalistas não tiveram tempo hábil de assistir ao material e selecionar os trechos mais importantes. Isso foi explicado pelos apresentadores do telejornal.

William Bonner: Para que você entenda o tamanho desse desafio, a gente precisa explicar que os vídeos só são liberados na internet quando o depoimento termina. O interrogatório de hoje, que começou por volta das duas horas da tarde em Curitiba, só acabou às sete e quinze. O ex-presidente saiu do prédio às sete e dezoito da noite. Portanto, há menos de uma hora. Os vídeos gravados pela Justiça Federal são a única forma de saber exatamente como foi o interrogatório. Eles só foram liberados na internet às sete e trinta e oito da noite. São mais de cinco horas de gravação que precisam ser vistas e ouvidas. (...)

Renata Vasconcelos: Nossa tarefa agora é trazer para você ainda nessa edição do Jornal Nacional os questionamentos e as respostas mais importantes desse interrogatório de hoje extraídos dessas mais de cinco horas de gravação. (...) Por isso, mesmo se o Jornal Nacional de hoje não tiver tempo suficiente, a gente vai tratar detalhadamente desse assunto amanhã³⁵

O tema repercutiu na internet por não ser comum um veículo de comunicação expor para o público suas limitações. Para evitar situações como essa, Tuchman afirma que as empresas jornalísticas tentam, quando possível, colocar ordem no tempo e no espaço. É o que ela chama de “rede noticiosa”. A presença de repórteres setoristas em determinados locais e a especialização dos jornalistas por editorias são dois mecanismos usados pelas organizações para mapear geograficamente o mundo ao redor.

Assim como os jornais de antigamente colocavam os repórteres nas delegacias de polícia, onde os casos sensacionais poderiam estar localizados, os meios de comunicação de hoje colocam repórteres em instituições legitimadas onde as histórias supostamente atraentes para consumidores de notícias contemporâneas podem ser encontradas. Em Nova York, esses locais incluem a sede da Polícia, o Tribunal Federal e a Prefeitura, onde as pautas dos repórteres os colocam em contato com reuniões oficiais, releases de imprensa e documentos oficiais³⁶ (TUCHMAN, 1978, p.21).

Isso não significa que acontecimentos fora dessas instituições não receberão cobertura adequada. Mas, ao tentar criar uma rede noticiosa, a empresa jornalística tenta evitar surpresas e mapeia os locais onde se originam as principais notícias. São os chamados repórteres setoristas. Tuchman observa ainda que os setores acompanhados de perto pela empresa jornalística vão variar de acordo com a linha editorial do veículo. Se para um jornal de referência do Rio ter um setorista em cada secretaria estadual pode ser interessante, para uma rádio que fala de trânsito na

³⁵ Transcrição do texto lido pelos apresentadores do telejornal. A íntegra desta edição foi encontrada em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/videos/t/integras/v/jornal-nacional-edicao-de-quarta-feira-10052017/5860674/>>. Último acesso em 27 de junho de 2017 às 17h04.

³⁶ Tradução minha. No original: “For just as earlier newspapers placed at police stations, where sensational cases might be located, so today's news media place reporters at legitimated institutions where stories supposedly appealing to contemporary news consumers may be expected to be found. In New York, these locations include police headquarters, the Federal Courthouse, and City Hall, where reporters' daily reports bring them into contact with official meetings press releases, and official documents.

mesma cidade, talvez seja mais relevante colocar um repórter no Centro de Operações da Prefeitura, órgão que monitora o tráfego. Se as empresas jornalísticas tentam colocar ordem no espaço, o mesmo acontece em relação ao tempo. Desta forma, funcionam as pautas e a escala dos repórteres – que tentam prever os principais horários em que determinadas situações vão acontecer no dia seguinte. Acontecimentos que ocorram fora dos horários em que os repórteres estão mais concentrados tendem a ter uma cobertura menos abrangente. Tuchman, em sua pesquisa de campo em algumas redações norte-americanas na década de 1970, percebeu que os horários dos repórteres são agrupados, próximos uns dos outros. E que isso interfere na avaliação de possíveis notícias.

Uma consequência dos horários de trabalho sincronizados é que poucos repórteres estão disponíveis para cobrir histórias antes das dez da manhã ou depois das sete da noite nos dias de semana, e ainda menos nesses horários nos fins de semana. Essa escala influencia a avaliação de acontecimentos como notícias potenciais³⁷ (TUCHMAN, 1978, p.42).

Em um trabalho anterior em conjunto com Saudino, estudei como as perspectivas da inserção do aplicativo WhatsApp nas redações jornalísticas do Rio de Janeiro modificam algumas questões relativas à rede noticiosa de Tuchman. As contribuições oriundas do WhatsApp e de outras ferramentas colaborativas facilitam a dinâmica dos jornalistas em relação às questões espaciais, pois todo e qualquer representante da audiência – leitores, ouvintes e telespectadores – se torna produtor de conteúdo e pode fazer registros valiosos mesmo em lugares mais distantes. Em relação ao horário, as versões online dos veículos de comunicação suprimem o fantasma do *deadline* – não há horário melhor ou pior para a notícia e os horários das equipes de reportagem estão menos concentrados (MORETZSOHN, 2014).

Outro texto construcionista é o artigo de Hall e outros pesquisadores sobre o noticiário de crime. Os autores defendem que: “as notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (HALL et al, 1999, p.224). Eles argumentam que, no processo de construção da notícia, os jornalistas precisam identificar e contextualizar os

³⁷ Tradução do autor. No original: “One consequence of synchronized working hours is that few reporters are available to cover stories before 10:00 A.M. or after 7:00 P.M. on weekdays, and even fewer at those times on weekends. This social arrangement influences the assessment of occurrences as potential news events”.

acontecimentos para que eles sejam inseridos em “mapas culturais” aos quais o próprio jornalista e a audiência tem acesso. “Este processo de tornar um acontecimento inteligível é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona” (id., ib., p.226). Os autores trabalham ainda com o conceito de “definidores primários”, ou seja, os detentores de poder, como governos e instituições financeiras, são aqueles que determinam em primeira instância quais são os acontecimentos. O jornalismo seria, então, um definidor secundário dessa construção social.

Molotch e Lester (1974, 1993 apud TRAQUINA, 2005) trabalham com um conceito semelhante: o de “promotores de notícia”. Os autores defendem que o processo de construção da notícia é uma negociação constante em que estão inseridas três categorias principais: a) os promotores da notícia (*news promoters*) – aqueles que identificam algum acontecimento como especial e os relatam aos jornalistas; b) os montadores da notícia (*news assemblers*) – todos os profissionais da área jornalística envolvidos na transformação de fato em notícia; e c) os consumidores de notícia (*news consumers*) – aqueles que têm acesso ao produto final a partir de jornais, revistas, rádio, TV e internet. Molotch e Lester reforçam que é ao se tornar notícia que determinado acontecimento ganha uma dimensão pública. Eles defendem ainda a ideia de que os promotores de notícia têm interesse na promoção de certos fatos e que os jornalistas devem ir além da versão que lhes é apresentada em seu trabalho investigativo.

Sousa (2006) defende a criação de uma teoria única do jornalismo, que agregue as visões e as ideias das diversas correntes diferentes. No entanto, trata a notícia como algo “construído” e defende que ela é fruto de várias forças. São elas: 1) a força pessoal – as notícias dependem das intenções dos diversos atores que atuam em sua construção; 2) força das rotinas – as rotinas produtivas criadas pelas empresas jornalísticas impactam sobre a construção. Essas rotinas, no entanto, segundo o autor, são vistas como formas de adquirir vantagens estratégicas, evitar críticas e cumprir regras trabalhistas; 3) fator tempo – as notícias refletem o tempo no qual elas são publicadas. Uma notícia hoje terá características diferentes daquela escrita há cinquenta anos; 4) força social – as dinâmicas sociais e organizacionais influenciam no processo de construção; 5) força ideológica – as notícias são influenciadas pelo conjunto de ideias que moldam os processos sociais e estruturam

a sociedade; 6) força cultural – são produto e tem significâncias atribuídas pelo sistema cultural em que estão inseridas; 7) força do meio físico – dependem do meio físico em que são publicadas; 8) força dos dispositivos tecnológicos – as notícias dependem dos dispositivos tecnológicos usados para a sua difusão; e 9) força histórica – são produto e construtoras da história e de um presente na qual ela e todos os outros componentes estão inseridos e com os quais dialogam.

A seguir, vamos discutir o conceito de campo jornalístico e como outros fatores sociais influenciam na construção da notícia.

3.2.

Um campo de forças

As práticas jornalísticas acontecem em um campo próprio com regras específicas – o campo jornalístico. Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1997, 2004, 2016), campo é um espaço social de relações objetivas, que obedece a leis, valores e hierarquias próprias, muitas vezes imperceptíveis para quem é de fora. A autonomia de um campo é parcial – quanto mais autônomo menos vulnerável às pressões externas. E só é possível entender as ações de um agente específico dentro do campo sabendo a posição que ele ocupa.

Existe um universo intermediário que chamo o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem ou reproduzem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas (BOURDIEU, 2004, p.20).

A noção de “campo” surgiu a partir de uma recusa às teorias sociais que davam implicações internas e explicações externas aos grupos pesquisados (2016, p.63). Para Bourdieu, as causas e as consequências estão em um mesmo microcosmo, em um mesmo espaço de forças. Cada campo tem suas próprias instâncias de legitimação e seus critérios de consagração. Os interesses comuns aos membros determinam a competição e também a cumplicidade que eles exercem internamente. Cada campo se organiza em torno de um capital simbólico específico, que é o motivo de disputa. Capital simbólico, de acordo com Bourdieu, é o produto acumulado do trabalho passado que se materializa em títulos, saberes e status. Quanto menor o capital específico de um indivíduo, mais ele está submetido às leis e regras do campo. Para cada campo específico, um capital simbólico específico referente ao campo e um *habitus* específicos.

Eu desejava pôr em evidência as capacidades criadoras, activas, inventivas, do habitus e do agente (que a palavra hábito não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, (...) – o habitus, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o habitus, a hexis indica a disposição incorporada, quase postural –, mas sim o de um agente em acção: tratava-se de chamar atenção para o primado da razão prática (id., ib., p.59/60).

O *habitus* é um conhecimento adquirido que garante ao campo a manutenção de experiências e rotinas passadas, que são apreendidas pelos integrantes no presente e repassadas aos que ingressarem futuramente. No espaço social delimitado pelo campo, operam relações de força e poder. “Todo campo, o campo científico, por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2014, p.22/23). Sendo assim, Bourdieu faz uma analogia para ilustrar o conceito.

Qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade. A diferença maior entre um campo e um jogo é que o campo é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo. Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição (...) (id., ib., p.29).

Dentro de cada um desses campos e em toda a sociedade, opera o “poder simbólico”. Segundo Bourdieu (2016), o poder simbólico é o poder de construção da realidade, que ajuda a formar o sentido imediato do mundo e “o *conformismo lógico*, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (BOURDIEU, 2016, p.6, grifo do original). É o poder de “de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo” (id., ib., p.11). Age de maneira invisível e exige a cumplicidade do subordinado com aqueles que os exercem, pois opera pela crença. De acordo com Bourdieu, o poder simbólico não pode ser considerado como arbitrário por aqueles que são subordinados. Esse poder se estabelece por processos objetivos, materializados por oportunidades desiguais. E, apesar de simbólico, não age apenas no plano dos símbolos, mas também se materializa. “O

poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (id., ib.).

Bourdieu entende que o campo jornalístico é um campo de forças legitimado para transmitir notícias à sociedade. Ele defende que, em relação a outros campos de produção cultural, o jornalístico é o que mais depende das forças externas. “Ele depende muito diretamente da demanda, está sujeito à sanção do mercado, do plebiscito, talvez mais ainda que o campo político” (id., ib., p.76). Essa particularidade diferencia a atividade jornalística. O poder simbólico é significativo no sentido de que é a partir dele que as ações e expressões oficiais ganham notoriedade na sociedade. São os códigos e regras internas desse campo que determinam a visibilidade ou invisibilidade de atos relativos a outros campos do conhecimento

Esses pressupostos, os que estão inscritos em certo sistema de categorias de pensamento, em certa relação com a linguagem, em tudo o que implica, por exemplo, uma noção como “passa-bem-na-televisão”, estão no princípio da seleção que os jornalistas operam na realidade social, e também no conjunto das produções simbólicas. Não há discurso (análise científica, manifesto político, etc.) nem ação (manifestação, greve etc.) que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa prova da seleção jornalística, isto é, essa formidável censura que os jornalistas exercem, sem sequer saber disso, ao reter apenas o que é capaz de lhes interessar, de “prender sua atenção”, isto é, de entrar em suas categorias, em sua grade, e ao relegar à insignificância ou à indiferença expressões simbólicas que mereceriam atingir o conjunto dos cidadãos (BOURDIEU, 1997, p.67).

Nas análises de como o poder se exerce na sociedade, Michel Foucault faz precauções metodológicas sobre este estudo. A primeira é que o poder não deve ser analisado em seu centro, mas sim em suas formas mais locais, nas extremidades. O segundo ponto é que a análise deve tentar saber como as coisas funcionam nos gestos, nas relações, nos comportamentos, nas formas que se sobrepõem até que o poder seja central e/ou global. A terceira precaução é não dividir os indivíduos entre aqueles que são dominados e aqueles que são dominadores. O poder se exerce em cadeia. Nas suas relações sociais, as pessoas passam por posições que exercem poder e por outras em que são submetidas a ele. “O poder funciona e se exerce em rede” (FOUCAULT, 2012, p.284). O quarto ponto é que deve se inverter a lógica de analisar o poder por suas dimensões globais para as mais capilares. As análises de poder devem partir dos níveis mais baixos para os níveis mais altos. Essas quatro observações balizam o estudo de Foucault sobre o poder. Para o autor, não se trata

de uma força de repressão, mas sim de algo que circula. O poder é transmitido por indivíduos, muitas vezes, submetidos a ele próprio.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considera-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma instância negativa que tem por função reprimir (id., ib., p.45).

Foucault vai na contramão do pensamento marxista de que o poder é exercido sobre uma superestrutura de dominados. Primeiramente, o autor defende que o poder não é um instrumento econômico, mas sim de relação de forças cotidianas. Em segundo lugar, ele argumenta que todos são submissos e ao mesmo tempo transmissores do poder instituído.

O poder passa a ser menos propriedade de uma classe e mais uma estratégia: o poder se exerce mais do que se possui, não sendo o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas. Não existindo mais um lugar privilegiado de onde possa ser exercido, o poder torna-se difuso, não localizável, sendo exercido a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis (AGUIAR, 2007, p.3).

O filósofo francês defende que cada sociedade tem seu próprio regime de construção da verdade. Nas nossas, argumenta Foucault, há cinco características historicamente importantes. São elas: a) a verdade é oriunda do discurso científico e daqueles que o produzem; b) a verdade está submetida a estímulos dos campos político e econômico, pois ela é necessária nos discursos desses campos; c) é objeto de grande difusão e consumo no corpo social, seja pelos aparelhos de educação ou informação; d) é produzida sob o controle dominante de determinadas instituições de peso político e econômico, como as universidades, as Forças Armadas e os meios de comunicação; e) é objeto de lutas ideológicas. Nessas características enumeradas por Foucault, destaca-se como a verdade é difundida pelos meios de comunicação e como ela é objeto de difusão na sociedade a partir da informação.

O poder tem uma relação direta com o saber. Saber traz poder e o poder depende diretamente do saber para se exercer. Desta forma, o discurso é, segundo Foucault, o que permite a manutenção das funções de poder na sociedade. Pois quem detém o saber precisa de discursos verdadeiros para continuar exercendo o poder. “(...) Essas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso” (FOUCAULT, 2012, p.278/279). O autor argumenta que não é todo mundo que pode falar sobre qualquer assunto em qualquer lugar.

Esse princípio mostra que o discurso não é apenas a tradução das lutas e dos sistemas de dominação, mas sim aquilo pelo qual se luta. O discurso em nossa sociedade é um instrumento de poder. E os mecanismos de exclusão fazem com que o discurso para ser válido obrigatoriamente produza verdades. “No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas” (id., ib., p.279). Ao longo da história, a validade do discurso se reposicionou. Antes era ritualizada. Sua verdade consistia em quem pronunciava e como – em que situação ritualística – o fazia. Posteriormente, a verdade no discurso caminhou para o seu enunciado, para a sua significância. Hoje o discurso para ter validade não pode parecer arbitrário – precisa se justificar como verdadeiro.

Penso, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente como moral, procuraram, desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção; penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade (FOUCAULT, 2005, p.18/19).

Os discursos como instrumentos de saber e poder estão intrinsecamente ligados também à linguagem e à importância que ela tem nesse processo de manutenção ou de ruptura do poder. Berger e Luckmann argumentam que a linguagem é uma das principais produtoras de sentido na construção da realidade. A partir dela, as situações subjetivas são categorizadas e tipificadas. Isso não apenas para a comunicação com o outro, mas para as definições que o indivíduo faz para si mesmo.

Pode dizer-se, por conseguinte, que a linguagem faz “mais real” minha subjetividade não somente para meu interlocutor, mas também para mim mesmo. Essa capacidade da linguagem de cristalizar e estabilizar para mim minha própria subjetividade é conservada (embora com modificações) quando a linguagem se destaca da situação face a face. Esta característica muito importante da linguagem é bem retratada no ditado que diz deverem os homens falar de si mesmos até se conhecerem a si mesmos (BERGER e LUCKMANN, 2014, p.56).

Simultaneamente, a linguagem permite que determinadas categorias de experiência não sejam individuais. As situações pelas quais diferentes pessoas podem passar podem ser enquadradas nessa mesma categoria. George H. Mead (1967) argumenta que nosso cérebro utiliza associações espaciais e temporais para encontrar significados para as coisas. E que cada coisa tem um significado próprio, entendido

por todas as pessoas, mas também outros, que variam de acordo com as sensações e experiências de cada um. Ou seja, a linguagem define, mas a construção do sentido é influenciada pelo repertório individual. “A linguagem não simboliza simplesmente uma situação ou objeto que já está prestes a existir / acontecer; ela torna possível a existência de uma situação ou objeto e é parte do mecanismo pelo qual ele é criado³⁸” (1967b, p.78). O jornalista Claudio Abramo ilustra uma situação que mostra como o repertório impacta nas categorias definidas pela linguagem. “É conhecida a piada do repórter que classifica o entrevistado como um homem muito alto; num outro jornal, sai que ele era muito baixo. Isso porque um entrevistador era baixinho e o outro um homem muito grande” (ABRAMO, 1988, p.113).

Aguiar (2007) busca na classificação dos valores-notícia as características do discurso apontadas por Foucault. Segundo ele, os critérios de noticiabilidade são a forma que o campo jornalístico achou de operacionalizar o discurso como construção verdadeira ou verossímil da realidade. Esses critérios levam em consideração a luta de forças pelos integrantes do campo jornalístico.

A noticiabilidade de um acontecimento sempre depende dos jogos de poder-saber estabelecidos entre as empresas jornalísticas e a comunidade interpretativa dos jornalistas: se, por um lado, os critérios de relevância são flexíveis e variáveis quanto à mudança de certos parâmetros, por outro, são sempre considerados em relação à forma de operar do meio de comunicação que produz a informação (AGUIAR, 2007, p.10).

A discussão sobre verdade tem origens no início do século XX. Na época, entrava em campo uma nova função, cuja responsabilidade era de fazer uma ponte entre os jornalistas e a realidade observada. Era o surgimento dos porta-vozes ou publicistas ou assessores de imprensa. Rapidamente, eles se distribuíram por governos e pelas principais empresas da época. Nos anos 1920, os publicistas já selecionavam os fatos mais importantes de um determinado acontecimento para simplificar a apuração do repórter.

E fazendo isso ele certamente evita muitos problemas ao repórter, apresentando-lhe uma imagem clara da situação sem a qual ele não poderia produzir nem o início nem o fim. Mas disso decorre que a imagem que o publicista faz para o repórter é a que ele deseja que o público veja. Ele é o censor e o propagandista, responsável somente perante seus empregadores, e a toda verdade responsável somente na medida em que concorda com a concepção do empregador de seus próprios interesses (LIPPMANN, 2010, p.294).

³⁸ Tradução do autor. No original: “Language does not simply symbolize a situation or object which is already there in advance; it makes possible the existence or the appearance of that situation or object, for it is a part of the mechanism whereby that situation or object is created”.

O alerta de Lippmann se deu porque nesta época surgiam as versões “oficiais” dos fatos, enviadas pelas relações públicas. Só que esses relatos eram completamente direcionados para atender aos interesses de quem divulgava. “A notícia parecia estar se tornando menos um relato dos acontecimentos mundiais do que a reedição daqueles fatos no universo de fatos que atraíam o interesse especial de quem poderia se dar ao luxo de contratar assessores de relações públicas” (SCHUDSON, 2010, p.162).

Diversos pesquisadores alertam que os jornalistas devem tomar cuidado para não reproduzirem as versões oficiais. Muitas vezes essas versões são passadas por aqueles que têm maior acesso à mídia. São fontes com maior poder simbólico, a quem Bourdieu vai chamar de “fontes oficiais”.

É claro, com efeito, que os diferentes poderes, e em particular as instâncias governamentais, agem não apenas pelas pressões econômicas que estão em condição de exercer, mas também por todas as pressões autorizadas pelo monopólio da informação legítima - especialmente das fontes oficiais -; em primeiro lugar, esse monopólio proporciona às autoridades governamentais e à administração, à polícia, por exemplo, mas também às autoridades jurídicas, científicas etc., armas na luta que as opõe aos jornalistas e na qual tentam manipular as informações ou os agentes encarregados de transmiti-las (...) (BOURDIEU, 1997, p.103/104).

Stuart Hall e outros autores (1999) fizeram um estudo sobre a produção de notícias cujo tema é a violência, principalmente os *muggings*, em português, roubos. Nessa pesquisa, eles perceberam a existência de fontes notórias ao trabalho de jornalístico. Para Hall e seus parceiros, essas fontes são “definidores primários” dos acontecimentos, ou seja, dão as primeiras definições do significado de algo que aconteceu. A mídia, segundo os autores, é definidora secundária. Ela parte da interpretação dessas fontes para construir o relato noticioso. Essas fontes primárias são autoridades, governos e pessoas com alto poder aquisitivo. Eles tendem, de acordo com os autores, a definir o discurso dos *media*. Muitos disponibilizam assessores de imprensa e porta-vozes para facilitar o contato com o jornalista. O problema reside, no fato, de que essa facilidade vem acompanhada de interesse em fazer prevalecer o discurso oficial. Ao ouvir apenas ou prioritariamente os discursos oficiais, seja intencionalmente ou não, o jornalismo acaba reproduzindo o enquadramento dos casos dado por esses primeiros definidores.

Os *media* não são frequentemente os *primary definers* de acontecimentos noticiosos; mas a sua relação estruturada com o poder tem o efeito de os fazer representar não um papel crucial mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como de direito, aos *media* como fontes

acreditadas. Nesta perspectiva, no momento da produção jornalística, os *media* colocam-se numa posição de subordinação estruturada aos *primary definers* (HALL et al, 1999, p.230).

Os autores elencam dois motivos que aumentam a dependência dos jornalistas aos discursos oficiais. O primeiro é a falta de tempo do repórter. Na prática do dia a dia, não há sobra de tempo para questionar as informações oficiais. Com a profissionalização das assessorias de imprensa, o oficial já chega ao jornalista com agilidade. Comprovar essa informação exige um trabalho de apuração mais extenso que, muitas vezes, não é compatível com o *deadline* da rotina produtiva. O segundo motivo encontra eco nas teorias de Foucault. As fontes oficiais são fontes “dignas de crédito”, ou seja, fontes autorizadas pelo poder instituído a repassar informações, com suposta imparcialidade e objetividade. Não se espera de um governo que o discurso seja mentiroso. Mas não há nenhuma garantia para o jornalista de que a informação oficial é verdadeira.

As pressões do tempo incessantes e os consequentes problemas de distribuição de recursos e calendarização de trabalho em organizações jornalísticas podem ser reduzidos ou aliviados através da cobertura de acontecimentos “pré-agendados”; isto é, aqueles que foram anunciados por antecedência pelos seus convocadores. Contudo, uma das consequências da adoção desta solução para os problemas de horário é o aumento da dependência dos jornalistas nas fontes de informação desejosas e capazes de pré-agendar as suas atividades (MURDOCK, 1974 *apud* HALL et al, 1999, 229).

Stuart Hall e seus parceiros observam que na área específica da reportagem policial, os jornalistas são mais dependentes das fontes oficiais do que em outras editorias. “O que é mais impressionante nas notícias de crime é que elas raramente envolvem uma descrição de testemunho ocular ao contrário da notícia enviada da frente de batalha pelo correspondente de guerra” (HALL et al, 1999, p.239). Ao contrário, os autores encontraram três principais tipos de notícias policiais, sendo que em nenhuma delas há o testemunho sobre o fato: a) as reportagens baseadas apenas no relato policial que reconstrói a cena e a situação onde o crime aconteceu; b) as que partem de estatísticas que dão uma dimensão de “guerra contra o crime” ao ouvir especialistas e as sugestões que eles dão para as reduções dos índices de criminalidade; c) as que têm como base os relatos de um tribunal onde a promotoria e os advogados de defesa e acusação tratam de situações relativas ao local do crime na batalha retórica pela condenação ou inocência do acusado. Os pesquisadores, então, concluem que os definidores primários são tão presentes no noticiário de

crime, porque não há um contraponto à versão deles. O criminoso, de acordo com Hall e outros autores, não é voz legítima e nem organizada para ser ouvida.

Entendendo que o campo jornalístico tem um contrato com a sociedade de que a construção da notícia vai se basear em informações verdadeiras, o jornalista não pode se restringir aos definidores primários no processo de apuração. É importante entender com detalhes o acontecimento e também quais os interesses e as forças ali envolvidas para que possa escrever o relato mais verossímil possível.

Em lugar de correr para acrescentar contexto e interpretação, a imprensa precisa se concentrar na síntese e na verificação. Que tire fora o rumor, a insinuação, o insignificante e engraçadinho e se concentre no que é verdadeiro e importante de uma história. À medida que os cidadãos encontram um grande fluxo de dados, eles precisam de mais – e não menos – fontes identificáveis para verificar aquela informação, apontando o que é mais importante para saber e descontando o que não é (KOVACH e ROSENSTIEL, 2003, p.77).

3.3.

Dia e noite

As relações de força no campo jornalístico são protagonizadas por aqueles que o ocupam. Definidos por Traquina (2005) como uma “tribo”, os jornalistas são a categoria profissional desse espaço social. Mas quem são os jornalistas? Quem faz parte desse grupo?

Para entender melhor essa tribo, precisamos voltar ao final do século XIX. É nesse período que, para Barbosa (2007 e 2010), o jornalista ganha identidade. A maior parte dos que exerciam os cargos de repórter e redator na época foram estudantes de direito e usavam do jornalismo como um trampolim para alcançar cargos públicos e pretensões políticas. Havia também espaço para os literatos que tinham com o jornal uma relação de interesse mútuo: os escritores buscavam nos jornais mais espaços para difundir suas ideias e maior alcance de público para suas histórias e os impressos viam nos literatos uma possibilidade de diversificar mais o seu conteúdo e conquistar público.

Nesse contexto, também o jornalista produz uma imagem mitificada da sua profissão, associando a sua prática profissional a múltiplas reduções interpretativas: pode ser o interlocutor privilegiado, o intermediário eficaz, o polemista demolidor, assumindo ora a faceta de conspirador, ora a imagem de salvador. A imagem construída do jornalismo e dos jornalistas ganha, pois, o contorno de verdadeiro mito político (BARBOSA, 2010, p.142).

Nesse mesmo período, o surgimento das empresas jornalísticas modificou os processos produtivos dos jornais. O trabalho saiu das mãos dos redatores. Os repórteres passaram a ter um protagonismo maior. Eram eles que iam farejar as novidades pela cidade, por lugares distantes, em busca de informações. A partir da concorrência entre as empresas, surgiu o furo: já não bastava ao repórter descobrir novidades, tinha que ser antes dos outros.

O sensacional, as catástrofes cotidianas e a notícia inédita despertam o interesse do público e aumentam a importância do trabalho do repórter. Esses passam também a escrever verdadeiras crônicas do cotidiano, subindo os morros, descrevendo os bastidores das religiões populares, montando reportagens e séries sobre curandeirismo, favelas e outros temas. Algumas vezes, valem-se de expedientes não muito éticos para conseguir a reportagem inédita e sensacional. Bisbilhotar as conversas alheias, ler sorrateiramente textos sobre uma mesa ou mesmo em bondes, são apenas algumas das ações que se valem para conseguir o furo de reportagem (id., ib., p.174).

Ainda assim, não havia uma profissionalização do jornalismo. O ingresso no campo jornalístico acontecia a partir de indicações de pessoas influentes e relações de amizade. A maior parte dos repórteres acumulava outros empregos. Tabelas desenvolvidas por Barbosa (2010, p.146-148, 158) mostram que, num universo de 84 jornalistas que trabalharam entre 1880 e 1908, 64 tinham outros empregos: 45 eram funcionários públicos ou diplomatas, nove eram políticos, cinco eram profissionais liberais e cinco eram professores. Só 12 atuavam apenas como jornalistas. Há ainda oito profissionais da época que a autora não conseguiu identificar se tinham outro emprego ou não. A situação é a mesma em relação aos dirigentes dos jornais. Dos 21 pesquisados por Barbosa, só um era apenas jornalista ou não foi possível identificar outro emprego. Os outros 20 acumulavam as direções dos jornais com atividades parlamentares, advocacia, magistério, diplomacia, medicina e até mesmo intermediação de negócios.

Foi no período das reformas gráficas da década de 1950 – aquelas, que como vimos, consolidaram os conceitos de objetividade nas rotinas produtivas das redações brasileiras – que aconteceu a profissionalização do jornalismo. O jornalista deixou de ser o bacharel em diversas áreas que decidia escrever para ganhar prestígio e que acumulava a rotina das redações com outras atividades. Foram surgindo as escolas de jornalismo e a atividade deixou de ser um balcão de trocas.

O aumento dos salários permitiu que o jornalismo deixasse de um bico, uma ocupação provisória. Aos poucos foi desaparecendo a figura do aventureiro, que

fazia do jornalismo apenas um lugar de reconhecimento ou que buscava no jornal a possibilidade de ascensão social através de negociatas, suborno e chantagem. Ao longo desse período, os jornalistas foram adquirindo um sentido de categoria profissional diferenciada da dos literatos e da dos políticos (RIBEIRO, 2007, p.35).

Esse distanciamento de outros campos – o literário e, em parte, o político – permitiu que o campo jornalístico adquirisse sua própria autonomia. Para Barbosa (2007, p.150), era “o momento de construção, pelos próprios profissionais, do marco fundador de um jornalismo que se fazia moderno” e de um jornalista que se tornava profissão, uma carreira a ser seguida. Claudio Abramo trabalhava no jornal O Estado de São Paulo nesta época. No livro que conta suas memórias, o jornalista narra coberturas noticiosas importantes da década de 1950, que constituíam um grande avanço para a época, como a edição extraordinária da vitória do Brasil na Copa de 1958, disponível nas bancas meia hora depois do fim do jogo. Ele argumenta que esses avanços só foram possíveis devido à profissionalização da redação, à divisão do trabalho jornalístico e às mudanças no processo de recrutamento para o jornal naquele período. “Fomos aos poucos substituindo os jornalistas do tipo antigo, boêmios, jogadores e pessoas esquisitas, por jovens animados, saídos das universidades” (ABRAMO, 1988, p.33).

A realidade brasileira de profissionalização do jornalismo acompanhou o que vinha acontecendo no resto do mundo. Traquina (2005) aponta que, assim como no Brasil, na França do final do século XIX, a prática jornalística era vista como um passo no processo político. Não se tratava de uma profissão em si, mas sim de um caminho trilhado por aqueles que tinham pretensões políticas e diplomáticas como forma de se atingir os objetivos. O repórter se torna uma profissão desejada, segundo o autor, na virada para o século XX, principalmente com a consolidação dos correspondentes de guerra, que se consagram como a parte da categoria mais prestigiada e admirada. Traquina afirma também que nos Estados Unidos do século XIX os jornalistas eram pagos por espaço e por tempo desperdiçado. Isto é, caso a matéria fosse publicada ganhavam uma taxa por coluna impressa de texto. Caso não fosse, pelo tempo que gastaram em uma pauta que não vingou. Isso impactava na produção jornalística: as reportagens costumavam ser imensas para que o valor pago ao repórter fosse mais alto e os jornalistas valorizavam o que havia de mais sensacionalista dos fatos para conseguirem emplacar suas reportagens e ter uma remuneração mais alta. Mesmo assim, os jornalistas tinham baixos vencimentos e grande parte atuava em outros empregos. Além de ser comum também na época, a

inclusão de nomes de pessoas e produtos no texto para ganhar um dinheiro por fora. Os repórteres se valiam também de outras estratégias eticamente questionáveis, como esconder fugitivos e testemunhas de crime da polícia e dos concorrentes para conseguir o furo de reportagem. Traquina (2005) argumenta que a profissionalização tanto na França quanto nos Estados Unidos acontece na segunda metade do século XIX com a criação de clubes, sindicatos e associações de jornalistas, bem como o surgimento das escolas de nível superior e os posteriores códigos deontológicos dos jornalistas.

As normas profissionais representam o papel social que o sujeito deve assumir enquanto jornalista. Para definir o conceito de “papel social”, é importante recorrer a Erving Goffman ([1959] 2014). Ele argumenta que todo o processo de interação na sociedade acontece a partir de representações sociais em que o indivíduo incorpora papéis, podendo variar de acordo com o contexto e a situação. O ato de representar para Goffman, independentemente da intencionalidade, está na essência das interações sociais. É como se o ser humano, por natureza, estivesse sempre representando algum papel.

Não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra “pessoa”, em sua acepção primeira, queira dizer máscara. Mas, antes, o reconhecimento do fato de que todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel [...] É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros. É nesses papéis que nos conhecemos a nós mesmos. Em certo sentido, e na medida em que esta máscara representa a concepção que formamos de nós mesmos – o papel que nos esforçamos para chegar a viver – esta máscara é nosso mais verdadeiro eu, aquilo que gostaríamos de ser. (PARK, 1950 apud GOFFMAN, 2014, p.33/34).

Para Goffman, cada indivíduo exerce no seu dia a dia diferentes papéis sociais. No âmbito familiar, atuamos como filho ou filha, mãe ou pai, irmão ou irmã, marido ou esposa. No aspecto profissional, somos jornalistas ou dentro desse papel, ainda mais especificamente produtores, editores, repórteres, redatores. Se fizermos um curso de línguas, nos tornamos também alunos. Na academia, idem. No condomínio, síndicos ou apenas vizinhos. Para cada um desses papéis, já há um tipo de representação esperada. E essa representação exige na rotina uma realização dramática, o que inclui, por exemplo, sentimentos e expressões que deem credibilidade à encenação. Mais do que isso, os atores tendem a oferecer ao público uma versão idealizada de si, chegando a ocultar do público possíveis erros que possam criar dúvidas sobre o aspecto de verdade da representação. Segundo Goffman, toda equipe de representação guarda segredos entre si. Em suma:

Definindo um papel social como a promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social, podemos dizer que um papel social envolverá um ou mais movimentos, e que cada um destes pode ser representado pelo ator numa série de oportunidades para o mesmo tipo de público ou para um público formado pelas mesmas pessoas (GOFFMAN, 2014, p.28).

É importante observar que os jornalistas ao exercerem suas funções estão cumprindo um papel social, do qual são esperadas determinadas atitudes, muitas determinadas pelas normas profissionais. Dentro do campo, são encontrados também segredos entre os jornalistas – questões que fazem parte da *práxis* jornalística mas que não são debatidas nem reveladas com quem é de fora do meio.

Fazendo uma referência ao trabalho de Goffman e em busca de uma identidade para a categoria profissional, Travancas (1993) observa que as atividades ligadas ao jornalismo dominam as identidades do grupo pesquisado. É como se o papel social de jornalista fosse predominante em relação aos demais papéis sociais exercidos pelos indivíduos. “No caso do grupo investigado, a me ver, existe predominância de um papel sobre os demais. Embora haja tensão entre eles, pelo que pude perceber nos discursos, o ser jornalista é a função prioritária em suas vidas” (TRAVANCAS, 1993, p.101). É como se todos os outros papéis sociais fossem dependentes da atividade profissional no caso dos jornalistas. “O ser jornalista contamina os demais papéis, ainda que de forma diferenciada” (id., ib., p.102). Travancas observa que essa profissão tem riscos inerentes e que “não são poucos os que a definem como uma cachaça ou um vício, uma imagem negativa captada dentro do próprio meio” (id., ib., .85). Ela argumenta ainda que os jornalistas têm uma relação própria com o tempo. Afinal, o produto do trabalho jornalístico – a notícia – envolve o senso de novidade. E a rotina de trabalho exige jornadas maiores que a média dos demais trabalhadores, plantões nos fins de semana e feriados, obrigatoriedade de estar sempre alerta e disponível a partir da máxima de que “notícia não tem hora para acontecer”. Essa relação com o tempo gera tensões entre o papel social profissional do jornalista e os papéis familiares que ele exerce. E essas tensões fazem parte da construção da identidade profissional da categoria.

Acredito, portanto, que a construção da identidade do jornalista se realiza dentro de um contexto em que diversas áreas da vida social se misturam e se confundem. Suas experiências e vivências apresentam ambiguidades e contradições. Não se pode pensar em identidade levando em conta apenas trajetórias e projetos conscientes e lineares, sem curvas e oscilações. A própria vivência profissional é

uma fonte de convivência e contato com essa complexidade (TRAVANCAS, 1993, p.105).

Ao longo da segunda metade do século XX, “os jornalistas – como grupo – passam a compartilhar um conjunto de crenças e posições, nas quais se destacam as representações sobre a profissão e sobre a própria história dessa profissão” (BARBOSA, 2007, p.159). É como se os jornalistas adquirissem uma identidade profissional própria. Essa identidade, por sua vez, é formada de características peculiares. A primeira delas é tida inclusive como condição *sine qua non* para a carreira jornalística. Ser repórter é estar disponível por inteiro: dia e noite. Marialva Barbosa argumenta que a identidade jornalística é recheada de uma cultura do sacerdócio. É como se ser jornalista não fosse apenas uma carreira, uma profissão, mas sim uma vocação, que exige renúncia das regras trabalhistas e dos momentos de lazer do profissional em prol da notícia. Travancas (1993, p.28) afirma que quando o Rio de Janeiro passou por uma onda frequente de sequestros, os repórteres da editoria Geral (cidade e polícia) do jornal onde fez a pesquisa de campo precisavam informar onde poderiam ser encontrados em suas folgas se um novo caso surgisse e o jornal precisasse de reforço. “Isso demonstra que o ponto de partida para a entrada na profissão é a entrega do seu tempo. É estar ligado à redação o tempo todo. Há uma cobrança implícita, se não explícita, de que ser jornalista significa ser jornalista 24 horas por dia (...)” (id., ib.). A renúncia é vista como tão inerente à profissão que a disponibilidade para ela é um ponto avaliado na aprovação ou não de um candidato à vaga em redações. Lembro que na minha entrevista de estágio para o Jornal O Dia, em 2010, uma candidata desistiu do processo seletivo durante a dinâmica de grupo porque “não queria abrir mão do fim de semana”. A recrutadora tinha colocado como condição básica para atuar em redação a disponibilidade aos sábados e domingos. Segundo Barbosa, essa cultura se perpetua dentro do grupo a partir das experiências e da memória coletiva.

A mítica do amor verdadeiro à profissão e da vocação, o que impõem necessariamente sacrifícios, atravessam primeiramente a sociedade, para depois se constituírem como memória de grupo. Só porque existe um certo enlevo por aqueles que, mais do que uma profissão, têm uma missão política e social, é que para o grupo se torna fundamental a existência dessa premissa na construção de seu passado (BARBOSA, 2007, p.79/80).

Nesse contexto, o sacerdócio se torna identidade. Em trabalhos sobre jornalistas *freelancers*³⁹, Grohmann (2013) aponta que a rotina incerta de trabalho foi a motivação para que vários jornalistas que participariam da pesquisa recusassem a participação. Eles diziam que nos horários combinados estariam em viagens, reuniões, fechando textos. Está inserida na cultura profissional do jornalista, mesmo aqueles que não trabalham em redação, a cultura do sacerdócio, da falta de horários fixos, de recursos materiais e dos desafios enfrentados no dia a dia.

Para Claudio Abramo, um defeito dos jornalistas é achar que são diferentes dos outros trabalhadores. Segundo o autor, eles se consideram pertencentes a uma espécie a parte que ele chama de “*homo informans*”. Essa espécie se considera isenta em relação ao mundo social e, principalmente, sem direito a regalias nem confortos. O *homo informans* é assim por vocação e dela não pode abdicar em nome do bem comum. A defesa do bem público é outra característica incorporada pela identidade do jornalista. O repórter exerce então uma função de “cão de guarda” – aquele que deve zelar pelo bom funcionamento das instituições e para que a coisa pública funcione. Barbosa (2007) argumenta que se as reformas editoriais de 1950 introduziram os conceitos de neutralidade e objetividade nos textos, por outro lado, mantiveram na figura dos repórteres “o papel de único intermediário possível entre o poder público e o público” (p.163). Isso é ilustrado no livro de memórias de Samuel Wainer. O criador do jornal Última Hora lembra que, na década de 1950, uma das seções de mais sucesso na publicação foi uma coluna voltada para reivindicações populares. Ser o elo entre o público e as autoridades já era uma marca do papel social do repórter. Mas Wainer percebeu que isso era interessante também do ponto de vista mercadológico.

Reivindicações populares seriam as palavras-chave do estrondoso sucesso do segundo caderno, graças a mais uma das providenciais coincidências que marcaram a vida da Última Hora. Quando estávamos tratando de dar forma à feliz sugestão de (João) Etcheverry (jornalista), apareceu na redação um tipo pitoresco chamado Renato Correia de Castro, halterofilista e funcionário do Ministério da Agricultura. (...) Etcheverry decidiu providenciar uma mesinha para Renato e designá-lo para atender a populares interessados em fazer alguma reivindicação ou alguma queixa. Nosso novo funcionário adotou pseudônimo de “Marijô”, em homenagem a duas namoradas, Maria e Josefa. (...) Etcheverry achou que deveríamos criar uma seção com o nome de “Fala o povo” e usar no texto a peculiar linguagem de Marijô. Foi uma explosão. Iam para o céu, na seção, os benfeitores do povo, e para o inferno, seus inimigos. (...) A comunicação com os leitores foi imediata e total (WAINER, 2005, p.180/181).

³⁹ *Freelancer* é o jornalista que trabalha por conta própria, que é autônomo.

Traquina diz que o papel do jornalista como defensor do público faz parte do código profissional. Ele argumenta que esse trabalho é esperado no contrato fiduciário que os jornalistas estabelecem com a audiência. Ruellan (*apud* TRAQUINA) afirma que “existe um reconhecimento colectivo das responsabilidades específicas que os jornalistas têm no ‘espaço público’, (...) responsabilidades que estão associadas a toda uma mitologia que foi construída ao longo dos últimos séculos” (2005, p.120). Na mesma linha, Travancas ressalta a importância do trabalho jornalístico ao lembrar que a ideia de cidadania está relacionada ao acesso das informações e circulação do conhecimento. O jornalista tem esse papel de transmitir informações. Sendo assim, segundo a autora, seu trabalho tem um importante aspecto social e de formação cidadã. A autora defende ainda que há uma tensão constante entre as vidas pública e privada dos jornalistas.

É interessante analisar o jornalista a partir das duas visões diferentes. Primeiro, ele ainda exerce a função do homem público, preocupado com o funcionamento da sociedade e o bem comum. Não foram poucos os entrevistados que destacaram o papel do jornalista na sociedade e a sua função transformadora. De outro ponto de vista, também emerge a figura do jornalista como um ser moderno, blasé e voltado para a sua intimidade e realização. E se pode notar que há uma relação direta entre intimidade e sociabilidade. Os indivíduos de um modo geral precisam manter uma certa distância da observação íntima por parte do outro para se sentirem sociáveis. E, se aumentarmos o contato íntimo, a sociabilidade diminuirá (TRAVANCAS, 1993, p.106).

Isso é defendido também pelo sociólogo francês Erik Neveu. Ele argumenta que a mitologia profissional do jornalista como mediador do espaço público influencia a importância que o jornalismo assume no processo democrático.

Uma vez que o surgimento de uma imprensa livre está historicamente ligado à construção de regimes democráticos, o jornalismo não é apenas uma profissão. Ele também aparece como uma engrenagem da democracia, como observado na importância dada à liberdade de imprensa em muitas constituições (1ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos), na importância de valores de transparência, ou expressões como “quarto poder”⁴⁰ (NEVEU, 2009, s/p).

Um terceiro ponto associado à identidade do repórter é o status atribuído a essa atividade profissional. Quem trabalha como repórter sabe que a rotina na rua consiste na ausência de qualquer tipo de glamour ou conforto. Pelo contrário, o local do fato, muitas vezes, não tem cadeiras nem bancos próximos, é longe de

⁴⁰ Tradução minha. No original: «Parce que l'émergence d'une presse libre est historiquement liée à la construction des régimes démocratiques, le journalisme n'est pas qu'un métier. Il apparaît aussi comme un rouage de la démocratie, ce dont témoignent la place donnée à la liberté de presse dans de nombreuses constitutions (1er amendement de la Constitution des États-Unis), l'importance des valeurs de transparence, ou des expressions comme 'quatrième pouvoir'».

banheiros e sem garantia de haver água ou comida por perto. No entanto, para o público, a proximidade dos jornalistas com as autoridades, a possibilidade de indagar quem quer que seja na dinâmica social, a oportunidade de saber das coisas supostamente antes dos outros, o trabalho de interpretação dos fatos e, de alguma maneira, a chance de impactar a vida alheia com o relato conferem um status social à categoria dos jornalistas. “O jornalista é apresentado como alguém poderoso e amplamente conhecido e reconhecido na sociedade. O jornal, por outro lado, é capaz de derrubar ministro, de promover campanhas, de influenciar. Trabalhar no jornal confere status (...)” (BARBOSA, 2007, p.128/129).

As construções dessas características que compõem a identidade – ainda difundida – do repórter se deram, como dissemos, ao longo do século XX, mais precisamente na sua segunda metade. Porém, os anos 2000 impactaram significativamente no fazer jornalístico. A difusão dos celulares, cada vez mais equipados com câmeras e internet móvel, permitiu que todos pudessem ser capazes de flagrar e registrar acontecimentos. Aguiar e Barsotti (2011) detalharam a evolução dessas contribuições do público no Brasil. Segundo os autores, o pioneiro foi o portal Terra, com a seção “Vc repórter”. Em seguida, surgiram espaços semelhantes nos jornais impressos, começando pelo Jornal O Globo, em 2006, que lançou o “Eu, repórter”. Em comum, essas seções eram locais onde os leitores podiam enviar registros textuais, de foto ou vídeo contando algo que presenciaram. Mais recentemente, essa colaboração passou a acontecer via WhatsApp (CARNEIRO, 2016; FIGUEIREDO e SAUDINO, 2015). É inegável que esse novo fator muda a identidade e o papel social do jornalista. O repórter pode ser qualquer um e ao jornalista cabe uma função de seleção e checagem do material enviado pelo público. Aguiar e Barsotti (2011) enumeraram as diversas tentativas de classificar a prática colaborativa. Segundo eles, os termos “participativo”, “cívico”, “cidadão”, “*open source*” e “comunitário” são usados com esse fim. Os autores argumentam que, apesar da intensificação da participação do público com o advento da internet e das novas tecnologias, o processo de colaboração é anterior ao mundo digital. Não à toa, durante muito tempo usava-se o termo “cinigrafista amador” para imagens enviadas aos telejornais que não tinham sido gravadas com os equipamentos usuais das empresas. Aguiar e Barsotti cunham, então, o conceito de “jornalismo amador” para tentar definir as práticas jornalísticas baseadas no uso de material colaborativo.

Aliás, mesmo na era digital, a atividade do usuário não está restrita à web. Jornais vêm estampando fotos de leitores em suas primeiras páginas impressas. Assim como os telejornais vêm exibindo na TV vídeos produzidos por amadores. Nas enchentes de março de 2010, foram as fotos enviadas pelo público que permitiram informar aos leitores do site do Globo a extensão da calamidade que se abatia sobre a cidade. Muitas delas apareceram também nas edições impressas. Na ocasião, o Jornal Nacional exibiu, em horário nobre, vídeos amadores enviados pelos telespectadores, antes de cada intervalo comercial. As rádios não fizeram diferente e deram voz aos seus ouvintes (AGUIAR e BARSOTTI, 2011, p.12).

Para Igor Waltz (2015), que trabalha as transformações na identidade do jornalista na era digital, a inserção das novas tecnologias e do jornalismo amador no processo de construção da notícia reforça a identidade do jornalista como mediador – um meio de campo entre o público e as autoridades.

A participação e o diálogo maior com o público, mais do que serem encarados como um problema ou uma ameaça ao monopólio da palavra, pareceram ser defrontados como um processo enriquecedor da notícia. A grande maioria dos entrevistados, contudo, no lugar do que aceitar abertamente o amador como um igual na construção do relato noticioso, recorre à figura do “mediador” estabelecida pela tradição da comunidade profissional dos jornalistas entre o público e as instâncias de poder”. Cabe a ele ser o “maestro da orquestra”, aquele que gere o conteúdo que lhe chega por meio da rede (WALTZ, 2015, p.110/111).

O aumento do conteúdo colaborativo, no entanto, não é um fenômeno isolado. Waltz observa que ao radicalizar esse papel de mediador o jornalista de hoje vai menos a campo. Em sua dissertação, ele constatou que “a dificuldade de sair da redação foi um dos pontos críticos mais apontados pelos jornalistas entrevistados por esta pesquisa, especialmente entre os repórteres mais jovens, geralmente mais ávidos por ir à rua” (id., ib., p.60). E que essa dificuldade está relacionada também à redução no número de jornalistas que atuam nas redações. Waltz observou que em editorias onde as demandas online são maiores, as possibilidades de ir para as ruas fazer uma reportagem são menores. O motivo alegado pelos chefes dos entrevistados é o “cobertor curto”, ou seja, a falta de pessoal. É nesse contexto que surge um novo perfil profissional: o jornalista “sentado”. O termo foi cunhado por Neveu (2009). Ele classifica jornalismo sentado, como aquele jornalismo “mais orientado para o tratamento (adequar os formatos dos textos de outros autores, as linhas editoriais e os comentários) do que para a informação que foi coletada pelo próprio jornalista⁴¹” (NEVEU, 2009, s/p). A professora brasileira Zelia Leal Adghirni também trabalha esse conceito. Ela argumenta que os jornalistas estão

⁴¹ Tradução minha. No original: «un journalisme plus orienté vers le traitement (mise en forme des textes d’autrui, genre éditorial ou commentaire) d’une information qu’il n’a pas collecté lui-même».

perdendo autonomia em relação às fontes e trabalham mais na adequação de textos enviados por releases do que na produção de próprios conteúdos, uma vez que há necessidade de suprir os meios online e uma falta de profissionais suficientes. “O jornalista hoje é um burocrata da notícia sentado diante de um computador que lhe serve de fonte de informação, sala de redação, tela de texto. É provável que nem ele nem a sociedade acreditem mais na função social do jornalismo” (ADGHIRNI, 2005, p.47). O burocrata da notícia não se envolve com a pauta. Ele se torna um redator. E não se insere também na ideologia do sacerdócio – cumpre apenas seu horário até que seja rendido pelo profissional do turno seguinte.

Se é verdade que o fluxo dos conteúdos nos portais de notícias é muito dependente dos releases e do trabalho dos redatores que adequam tanto estes como também o conteúdo colaborativo, optamos por nesta dissertação não radicalizar em relação à identidade e ao trabalho dos jornalistas. Como vimos, há hoje uma mudança em curso no perfil e em como o repórter se vê. Mas ainda são muito presentes as características construídas ao longo do século passado, tais quais o jornalista como vocação, como mediador do espaço público e uma profissão vista com status. Os processos tradicionais de construção da notícia ainda ocorrem diariamente nos jornais impressos e, com mais frequência, nas emissoras de TV – essas últimas especialmente pela exigência que o meio traz. Não é possível fazer jornalismo de TV sem sair da redação porque, mesmo usando imagens colaborativas, uma das características do telejornalismo é a qualidade técnica, e isso não é possível atingir com o que é gravado em celular.

3.4.

Reportagem na madrugada

Se até então refletimos sobre o processo de construção da notícia, as teorias que embasam esse processo, o *ethos* do campo jornalístico e as identidades do jornalista como sujeito protagonista deste campo, vamos agora olhar especificamente para o grupo pesquisado: os repórteres da madrugada. É difícil traçar uma perspectiva histórica da reportagem na madrugada. É raro encontrar bibliografia que trate e dê atenção a esses profissionais que atuam enquanto os outros dormem – motivo que inclusive justifica a relevância deste tema pesquisado.

O que propomos aqui é um pequeno esboço sobre o tema que será aprofundado no próximo capítulo com o devido detalhamento obtido na pesquisa de campo.

O jornalista Luarlindo Ernesto é um dos mais antigos ainda em atividade no Rio de Janeiro. Ele começou a trabalhar em redações em 1958, época das reformas gráficas e editoriais. Só que nem todas as mudanças promovidas por elas foram imediatas. A profissionalização foi um fenômeno que aconteceu aos poucos. Luarlindo conta que começou a carreira de repórter aos 14 anos por causa de uma punição do pai, irritado com o fato dele jogar bola de cuecas.

Comecei aos 14 anos e meio na madrugada do jornal Última Hora, que era perto da onde eu morava, em São Cristóvão, como forma de castigo, porque eu jogava futebol de cueca e o meu velho me proibia. E eu continuava jogando. Então ele conhecia um repórter que era da madrugada da Última Hora. “Bota ele lá para trabalhar contigo”, aí eu fui. Era o Silva Júnior. Silva Júnior ficava dormindo de madrugada e eu ficava no telefone fazendo corrida, na época era só para as delegacias. Eu chegava lá onze da noite e ia embora às sete da manhã. Tomava um banho, me preparava e ia para o colégio. Isso em 1958. Aí quando eu voltava às duas da tarde dormia, me alimentava, estudava um pouco e engrenava de novo (ERNESTO, 2016, entrevista concedida ao autor).

O relato do jornalista mostra que a madrugada desde aquela época era a porta de entrada dos repórteres mais jovens. Era atuando nesse horário que eles ganhavam experiência nas práticas de apuração para poderem trabalhar no período diurno. A madrugada funcionava como uma escola, principalmente, da reportagem policial.

Esse trabalho de foca me deu um conhecimento espetacular profundo da reportagem policial: a malandragem, a malevolência, se não tiver *feeling* você até pode aprimorar um pouquinho que esteja obscuro na sua mente. Eu vi muita gente começar lá e não ir adiante que não deu certo, não se aclimatou com o tipo de trabalho porque você tinha que deixar de lado certos preconceitos, certos ensinamentos de família. Era ver tragédia, criança morta, assassinatos (id., ib., entrevista concedida ao autor).

Marialva Barbosa observa que, assim como o horário da madrugada, o jornalismo policial “costuma ser a porta de entrada para quem está iniciando a carreira. Em média, os salários são inferiores em comparação com os rendimentos de jornalistas que ocupam as editorias consideradas mais ‘nobres’, como política e economia” (BARBOSA, 2007, p.229). Na fala da autora, é importante notar a cultura nas redações de que o trabalho em reportagens policiais é menos nobre do que em outras editorias. Luarlindo Ernesto corrobora. Ele diz que tanto o repórter que trabalha na editoria de polícia como o que trabalha na madrugada são vistos como a “latrina” do jornal. “A reportagem policial e a madrugada sempre foram vistas pelos outros colegas que trabalham em horário normal como rebotalho, a latrina do jornal. ‘Po,

o cara cobre polícia, e de madrugada, um bosta na vida” (ERNESTO, 2016, entrevista concedida ao autor). Já Travancas (1993) na etnografia que fez das redações destaca que os repórteres de polícia e os encarregados da escuta estão na base de uma escala de hierarquia – estes são os menos prestigiados na redação.

Se não bastasse a falta de prestígio, o horário de trabalho pega em cheio as horas em que tradicionalmente as pessoas dormem. As jornadas de trabalho no turno da madrugada costumam começar entre dez da noite e meia-noite e se encerrar entre cinco e sete da manhã. Tanto o jornalista Luarlindo Ernesto quanto Marcelo Moreira – que trabalhou nesse turno na década de 1990 – apontam que era comum antigamente que os fotógrafos e até mesmo alguns repórteres dormissem enquanto aguardavam que alguma notícia surgisse. Luarlindo disse que a ida dele para o Jornal do Brasil está relacionada a um caso semelhante. O repórter anterior dormiu e não soube de um incêndio no Museu de Arte Moderna – na época, administrado por uma associação da qual o presidente era Nascimento Brito, então dono do JB. O jornalista foi demitido e Luarlindo contratado no lugar dele. O repórter conta ainda como era difícil quebrar essa cultura. A seguir, o relato de como ele tinha que fazer para acordar o fotógrafo na hora de ir à rua para uma reportagem.

E ainda tinha que tirar o fotógrafo na porrada porque ele ia dormir. O Vital da Trindade botava pijama e ia dormir. Eu tinha que acordar ele. Ele levantava, dava uma mijada, ia lavar o rosto, escovar os dentes, tirar o pijama, botar a roupa, procurar a máquina e procurar o filme para descer para pegar o carro. Eu no local esperando. Ele fez isso três vezes. Na quarta vez, eu me mandei e fui sozinho, aí ele saiu correndo. “Luarlindo, onde você está”? “Estou trabalhando”. “Pô, manda o carro me pegar”. “Não, senhor, pega um táxi que eu estou com o carro”. Ele nunca mais dormiu de pijama (ERNESTO, 2016, entrevista concedida ao autor).

O sono é um dos principais componentes do trabalho no horário. Para Argolo (2014), as madrugadas nunca passam depressa na redação, mas também nunca são monótonas, dada a variedade de casos principalmente policiais que acontecem em uma cidade como o Rio de Janeiro. Ele diz que para aguentar as jornadas muitos jornalista apelam para canecas de café forte e cigarros. O autor afirma ainda que conheceu repórteres que usaram até mesmo substâncias mais pesadas para aguentar a rotina exaustiva, mas que esses são raros. “O sono chega com intensidade quase incontrolável entre as duas e meia e quatro da manhã, principalmente no inverno; durante as reportagens externas no verão, o sol se apresenta com toda a sua força logo no amanhecer” (ARGOLO, 2014, p.101).

Os plantões da madrugada, hoje restritos a poucos profissionais, já foram mais cheios. Luarlindo Ernesto diz que na época dos vespertinos a reportagem da madrugada tinha um valor importante. Como as segundas edições e os vespertinos fechavam, respectivamente, ao longo da manhã e começo da tarde para que estivessem nas bancas na hora do almoço e na hora da volta para casa, o noticiário apurado durante a madrugada era fundamental para que o jornal tivesse avanços e novas notícias em relação à edição matutina. Entre o fechamento da edição matutina na noite anterior e da segunda edição ao longo da manhã, havia apenas a madrugada. E era ali que os editores buscavam as novas informações a serem publicadas.

E a madrugada era primordial para quem tinha o vespertino, para quem tinha segunda edição, a edição da tarde que saía às onze horas, onze e meia, no máximo, meio-dia. Porque atualizava o noticiário para a segunda edição e aproveitava exatamente alguma coisa até como suíte para a primeira edição do dia seguinte. A madrugada era primordial. O Dia chegou a ter quatro equipes de madrugada, mais uma chefia. A Última Hora tinha duas equipes. JB tinha uma equipe. O Globo tinha duas equipes (ERNESTO, 2016, entrevista concedida ao autor).

Naqueles tempos, os repórteres da madrugada dividiam a redação altas horas com outro profissional de grande importância para os jornais: o pauteiro. Durante décadas, era o pauteiro que definia quais histórias os jornalistas apurariam ao longo do dia tendo em vista a edição do dia seguinte. Ele era responsável por ler todos os jornais, acompanhar as agendas das autoridades e montar a própria agenda de determinado veículo: cabia a esse profissional saber quando seria o julgamento de um caso importante ou quando sairia o resultado de uma perícia de outra situação para prever que uma equipe de reportagem acompanhasse a situação.

Além do período das segundas edições e dos vespertinos, o trabalho na madrugada também conquistou força nos jornais populares que surgiram nos anos 1980. Como aponta Amaral (2006), esses veículos “baseiam-se na valorização do cotidiano, da fruição individual, do sentimento e da subjetividade” (p.57). Para a autora, o público desses veículos está longe das esferas de poder e espera de um jornal que ele possa trazer temas mais próximos do seu cotidiano. Figueiredo (2010) reforça que o noticiário desses jornais está baseado em quatro pilares principais: violência, esportes, celebridades e prestação de serviços. Dessa forma, o ganho de importância que os jornais populares têm na década de 1980, como aponta Barbosa (2007), contribui para a importância de ser repórteres no horário da madrugada, justamente aquele em que havia maior quantidade de fatos violentos. Marcelo Moreira, hoje editor-chefe na TV Globo, fazia parte da equipe do jornal A Notícia

no início dos anos 1990. A publicação era do grupo O Dia e fazia parte de uma estratégia de atender camadas ainda mais populares. No início, havia apenas três repórteres, sendo dois de dia e um de madrugada. Isso já denota a importância do horário para o conteúdo do jornal. É impossível encontrar em outros tipos de publicação essa mesma proporção entre profissionais no horário diurno e na madrugada. Moreira reforça que, muitas vezes, as reportagens que escrevia eram manchetes do jornal – mesmo considerando que elas só eram publicadas no dia seguinte –, porque, segundo ele, o apelo era muito forte.

Para você ter uma ideia, eu me lembro muito bem desse dia, que era o meu primeiro dia de trabalho contratado, minha primeira saída foi um acidente de carro na Avenida Brasil. Quatro jovens num chevete. Eles bateram em outro carro, o carro pegou fogo e os quatro morreram carbonizados dentro do carro. Quando eu cheguei lá, a cena era aquela cena de filme de terror, porque a carne já tinha queimado. Então eram quatro esqueletos, parecia com filme de terror mesmo, caveira, você via os dentes dos caras, e o cheiro de carne queimada era muito forte, parecia churrasco que já tinha passado da hora, então assim, minha primeira matéria foi essa. Enquanto isso, na pista contrária, os curiosos estavam passando. E um carro bateu e o motorista morreu também. Então só ali e a gente quase viu na hora. Não vi o flagrante porque a gente estava olhando para o acidente original. Isso usando o Jornal O Dia com a ronda. Eles passavam pelo rádio, a gente tinha um rádio amador, que era a comunicação na época mais eficiente, então os caras me passavam pelo rádio. “Agora tem outro crime”. Era um triplo homicídio na Zona Oeste em um cruzamento de um bairro não lembro se era Bangu ou Realengo. Aí depois um duplo homicídio em algum lugar. Então nessa primeira madrugada eu vi quatro mortos, mais três mortos, depois mais dois mortos, mais um que já tinha visto. Dez mortos. E aí eu voltei para a redação e a gente escreveu uma matéria, e as matérias da Notícia tinham que ser grandes porque aquelas matérias iam ser a manchete do Jornal. Como era a primeira madrugada, eu fiz uma matéria só. “Uma madrugada violenta no Rio de Janeiro”. Fechei a matéria para o dia seguinte e fui dormir. Hoje em dia, com o jornal no tempo de internet, não tem como pensar nisso, você sai do jornal sete horas da manhã e a manchete do jornal do dia seguinte vai ser a matéria que você deixou pronta sete horas da manhã da véspera. Só que eu saí de manhã com dez mortos e outras mortes aconteceram que eu não vi, mas o jornal de manhã recuperou pelo telefone. Não sei se eles chegaram a correr em alguma, eu acho que não correu para nenhuma. Eu sei que somando tinha mais 11 mortes, além das dez, então foram 21 mortes. A manchete da Notícia foi: “Vagabundo dá duro no dia do Trabalho, 21 mortos” (MOREIRA, 2016, entrevista concedida ao autor).

Hoje, o jornalismo na madrugada no Rio de Janeiro não está em sua melhor fase. Apenas a TV Globo tem duas equipes no horário. Em todas as outras empresas, há apenas uma equipe na madrugada com composições variadas em relação aos profissionais que integram. Além disso, recentemente a RedeTV! e o Jornal O Dia deixaram de ter jornalistas no horário. Curiosamente, essa retração acontece justamente em um momento de aumento da violência e da criminalidade e, por consequência, em que o jornalismo da madrugada se torna mais importante, pois

ele está intrinsecamente ligado ao noticiário policial. Pelas nossas observações, apurações, entrevistas e pesquisa de campo, das quais trataremos melhor no próximo capítulo, observamos que hoje sete equipes trabalham nas ruas de madrugada: duas da TV Globo, uma do SBT, uma da Record TV, uma da TV Bandeirantes, uma do Jornal O Globo – que atende também ao Jornal Extra desde que as redações de ambos foram integradas – e uma da Rádio CBN – que produz conteúdo também para a Rádio Globo, do mesmo grupo. Cada uma delas tem uma composição diferente. Na TV Globo, cada equipe tem um repórter, um repórter cinematográfico e um técnico de luz e áudio, que acumula a função de motorista. Na redação, um produtor, um editor de texto e um editor de imagens. No SBT, a equipe tem um repórter cinematográfico e um técnico de luz e áudio, que também acumula a função de motorista. Um editor que trabalha na redação assume o papel de repórter quando acontecem grandes casos, que se tornam matérias nos jornais de rede cujas chefias ficam em São Paulo. Não há produção de madrugada. Na Record TV, a equipe tem repórter, repórter cinematográfico e técnico, que acumula a função de motorista. Há ainda um produtor e dois editores de texto e dois de imagens na redação. Já na Bandeirantes, a estrutura é mais enxuta: apenas um repórter e um repórter cinematográfico, sendo que este assume as funções do técnico e do motorista. Não há produtores. E a função de editor do horário, que acumulava as edições de texto e imagem, foi extinta. O repórter precisa enviar o material para São Paulo para ser editado. No Jornal O Globo, a equipe tem um repórter, um fotógrafo e um motorista. Na redação, um redator cuida das reportagens internacionais do site. Mas o noticiário online de cidade e polícia é responsabilidade do próprio repórter da madrugada. Por fim, na rádio CBN, a estrutura atual é de um repórter e um motorista. Outras emissoras de rádio mantêm também funcionários de madrugada, mas eles ficam internos, sem contato com a apuração de notícias da rua.

A composição de equipes da madrugada mostra uma predominância das equipes de televisão sobre os repórteres de outros meios de comunicação. Das cinco principais emissoras de TV do país, quatro têm equipes no horário da madrugada. Além das exigências do meio, como necessidade de imagens e impossibilidade de resgatar conteúdos perdidos com o uso de telefones por exemplo, essa forte presença registra a força e a centralidade que a televisão assume no campo jornalístico. O próprio Bourdieu afirma que a televisão, na segunda metade do

século XX, assume uma dominância econômica e simbólica dentro do campo (1997, p.59). Martín-Barbero argumenta que a televisão ocupa uma posição central na nova dinâmica cultural que se estabelece, eliminando fronteiras e unificando o discurso para todos.

Descaradamente norte-americana e erigida em critério de uma única modernização para todo o país, a televisão decide sobre o que é atual e o que é anacrônico, tanto no campo dos utensílios quanto no das falas. O rádio nacionalizou o idioma, mas preservou alguns ritmos, sotaques, tons. A televisão unifica para todo o país uma fala na qual, exceto para efeito de folclorização, a tendência é para erradicação das entonações regionais. E com sua obsessão pelo que é atual, ou melhor, pela atualidade, a televisão suplantará as temporalidades e os ritmos num discurso que procura tornar tudo contemporâneo (MARTÍN-BARBERO, 2013, p.271).

Nem mesmo o advento da internet e as mudanças nas relações de consumo de mídia tiraram ainda o papel central da TV. Todo ano, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência República desenvolve uma pesquisa sobre os hábitos brasileiros em relação aos meios de comunicação.

A televisão permanece, segundo os entrevistados, como meio de comunicação de maior utilização para as pessoas se informarem no Brasil. Praticamente nove de cada dez entrevistados fizeram menção em primeiro ou segundo lugar à TV como o veículo preferido para obter informações (BRASIL, 2016, p.16).

Mais de 70% dos brasileiros acima dos 16 anos assistem à televisão todos os dias. A confiança nas notícias da TV também é grande. 51% dos homens entrevistados e 54% das mulheres disseram confiar muito ou sempre no noticiário da telinha.

É nesse contexto que se insere nossa pesquisa. Levando em consideração a reportagem na madrugada como porta de entrada para os jovens jornalistas nas redações, vamos tentar entender melhor como funcionam as rotinas produtivas e as práticas jornalísticas desse grupo.